

A práxis negra e comunista de Clóvis Moura

Edson Teixeira da Silva Júnior¹

Resumo: Este estudo pretende correlacionar os escritos de Clóvis Moura sobre a Guerrilha do Araguaia como uma reação ao silenciamento desse episódio da memória política brasileira pela Ditadura Empresarial-Militar. Em certa medida, Moura contribuía para ampliar o debate sobre o movimento guerrilheiro, debatia suas contradições e combatia, como era do seu estilo, ao cerceamento pela memória política oficial, cooperando para a superação dos desafios daquele momento e do presente.

Palavras-chave: Clóvis Moura. Guerrilha do Araguaia. Ditadura Empresarial-Militar.

Abstract: This study aims to correlate Clóvis Moura's writings on the Araguaia Guerrilla War as a reaction to the silencing of this episode in Brazilian political memory by the Corporate-Military Dictatorship. To a certain extent, Moura contributed to broadening the debate on the guerrilla movement, debating its contradictions, and, as was his style, combating its suppression by official political memory, contributing to overcoming the challenges of that time and the present.

Keywords: Clóvis Moura. Araguaia Guerrilla. Corporate-Military Dictatorship.

Introdução

Este artigo tem como principal objetivo examinar como os escritos de Clóvis Moura sobre a Guerrilha do Araguaia são contribuições que recuperaram a memória desse movimento no conjunto da

¹ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor Associado do Instituto de Humanidades e Saúde de Rio de Ostras (RHS).

E-mail: edsonteixeirauff@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2871-1739>.

resistência política no Brasil recente, haja vista que era interesse da Ditadura Empresarial-Militar (1964-1985) que o episódio fosse *silenciado*.

A hipótese que apresentamos é que Clóvis Moura, ao divulgar e problematizar a Guerrilha do Araguaia, manifestava a perspectiva da totalidade da sua *práxis*² *negra e comunista* presente em seus escritos sobre as rebeliões, os protestos, o associativismo, a *quilombagem*, as manifestações culturais e o protagonismo da população negra na formação da social brasileira.

Como forma de sustentar a hipótese, utilizamos fontes bibliográficas, periódicos e reportagens, bem como fontes primárias do Arquivo Digital do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil, que podem ser acessada pelo Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)³. Esse acervo reúne “Fundos” e “Coleções” contendo documentos dos órgãos ligados ao sistema repressivo e de informações da ditadura.

Na contribuição para uma ruptura do *silêncio* sobre a Guerrilha do Araguaia

A Guerrilha do Araguaia⁴ foi um movimento de resistência à Ditadura Empresarial-Militar, liderado pelo Partido Comunista do

² Nosso uso do termo *práxis* está ancorado na observação de Konder (2018, p. 123): “a *práxis* é a atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformando-se a si mesmos. É a ação que, para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa da reflexão, do autoconhecimento, da teoria; e é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática”.

³ Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/pagina_inicial.asp. Acesso em setembro de 2025.

⁴ Em 1962, houve uma cisão no Partido Comunista que resultou no PCB (Partido Comunista Brasileiro) e PCdoB. Alinhado às propostas e referenciais da Revolução Chinesa, desde 1966, dirigentes do PCdoB se deslocaram para a região onde se implantaria a guerrilha do Araguaia, num trabalho de aproximação com a população local e os conflitos políticos vivenciados pelos trabalhadores. Os embates com as forças militares brasileiras começaram em 1972.

Brasil (PCdoB), entre 1972 e 1975, localizado na região norte do país, compreendendo a região denominada como Bico do Papagaio, entre o sudeste do estado do Pará, o sudoeste do Maranhão e o norte do estado do atual Tocantins (que na época integrava o norte de Goiás). Houve uma explícita tentativa da ditadura em impedir o conhecimento desse movimento pelos setores mais amplos da sociedade. Além disso, eliminaram várias provas das atrocidades cometidas contra os guerrilheiros e à população local⁵. Como foi revelado, posteriormente, agentes do Estado praticaram o desaparecimento forçado de corpos dos militantes e dirigentes que atuavam na região da guerrilha (BRASIL, 2014). O Estado brasileiro torturou, assassinou e ocultou cadáveres e ainda desenvolveu a chamada “Operação Limpeza” visando dificultar a localização dos corpos dos desaparecidos⁶.

Em 1976, o debate interno no PCdoB sobre a Guerrilha do Araguaia era sintetizado por duas posições de dois dirigentes: um dos poucos sobreviventes da guerrilha, Ângelo Arroyo⁷ reafirmava e apoiava o movimento de resistência, embora reconhecesse alguns equívocos foram cometidos; Pedro Pomar ressaltava a atuação heroica dos militantes e dirigentes no Araguaia, mas teceu críticas severas e defendeu novas formas de atuação do partido. A Guerrilha do Araguaia tornou-se um tema abordado com muitas ressalvas e cuidados no interior da organização, sobretudo num contexto de redemocratização intensificado na década seguinte (SALES, 2007).

Na memória do último encontro que teve com Pedro Pomar, em São Paulo, Clóvis Moura caracterizou o regime político da ditadura como “fascista” e “terrorista”, sobretudo após o AI-5, de

⁵ Ver, por exemplo, a análise de Gorender (1998) e Telles (2014).

⁶ Ver, por exemplo: GRANATO, Fernando. Operação Limpeza apagou rastros no Araguaia há 50 anos. In: *Folha de São Paulo*, 12 de janeiro de 2025.

⁷ Ângelo Arroyo e Pedro Pomar foram assassinados, em dezembro de 1976, no episódio conhecido como *Chacina da Lapa*; dirigentes do PCdoB foram monitorados pela repressão, numa reunião que debateu, entre outros assuntos, as divergências em relação à Guerrilha do Araguaia (POMAR, 1987).

13 de dezembro de 1968. Clóvis assumiu um posicionamento que confrontava a propaganda oficial do regime, marcada por desqualificar as organizações que resistiram pela luta armada ou não como terroristas. Denunciava a violência política do regime numa crítica à versão oficial dos *porões da ditadura*: nessa versão, os crimes cometidos foram obra de excessos individuais dos agentes civis e militares e não tinham relação com o *bloco de poder* que instituiu o regime de 1964. E, ainda, denunciou o crime de desaparecimento forçado cometido pelo Estado, revelando um ato de coragem que, naquele contexto, denota a sua práxis comunista. Vejamos o registro do autor:

Os tempos eram duros, ásperos, trágicos. Uma temperatura de febre permanente. Cárceres cheios. Presos torturados. Patriotas caçados e fuzilados sumariamente nos **subterrâneos do crime institucionalizado**. O AI-5 [Ato Institucional número 5], acionado constantemente, enchia de **insegurança** a nação. O 477 [Decreto 477/1969] levava às universidades a inquietação permanente. O **terrorismo** da ditadura funcionando sem parar. Muitos daqueles que foram presos nesse período nunca mais regressaram: **formaram o rosário dos desaparecidos**. Era a **grande noite fascista** em pleno apogeu. (...) Pomar era um homem de partido. Na última vez que nos encontramos a sua preocupação era ainda com problemas do Partido. Mostrava-se apreensivo com a segurança partidária nas condições de **uma ditadura fascista** como a brasileira (MOURA, 1980, p. 72, grifo nosso).

Não sabemos se foi nesse encontro, mas foi de Pedro Pomar que Moura recebeu documentos sobre a Guerrilha do Araguaia que, posteriormente, foram publicados e, aqui, serão analisados. Conforme entrevista concedida por Soraya Moura (2023, p. 79-80), filha de Clóvis Moura: “Pedro Pomar entregou os documentos. (...) Sobre a luta armada, ele achava prematura, achava infantil, sem análise de conjuntura sólida”.

Nas décadas de 1970 e 1980, Clóvis Moura intensificou as suas atividades de pesquisa e publicação, assim como a participação em eventos de caráter nacional e internacional. Um exemplo foi a fundação do Instituto Brasileiro de Pesquisa Africanistas (IBEA), em 1975, coordenado por ele. Trata-se de um período demarcado pela intensidade do debate étnico-racial impulsionado pelos movimentos de libertação na África, como em Angola e Moçambique; pela luta pelos direitos civis nos Estados Unidos; pelo movimento *Black Power*; e pela emergência de manifestações massivas de arte e cultura negra, no Brasil, como a *Soul Music* - contexto que culmina com a formação e desenvolvimento do Movimento Negro Unificado (MNU).

O *Diário da Guerrilha do Araguaia* teve sua primeira publicação pela editora paulista Alfa-Ômega em 1979. Conforme a nota da editora,

Quando o sociólogo Clóvis Moura ofereceu o documento para que a Alfa Ômega o publicasse, não houve um minuto de hesitação. (...) Imediatamente, pediu-se ao próprio Clóvis Moura que preparasse uma apresentação ao texto, anexou-se os outros documentos não inéditos que complementam o diário propriamente dito, para que o livro pudesse chegar a público o mais rápido possível (MOURA, 1979, p. 8).

Como alguns pesquisadores da obra mouriana analisaram a apresentação do livro redigida por Clóvis Moura?

Fábio Oliveira ao examinar um estudo de Moura – *A Sociologia posta em questão* (MOURA, 1978)⁸ – recuperou o embate que Moura desenvolveu entre a sociologia acadêmica e a sociologia da práxis. Nesse processo, destacou a importância e o desafio do método de *observação participante* à sociologia da práxis e analisou o uso desse método na

⁸ De acordo com Oliveira (2016, p. 167): “*A Sociologia posta em questão* (1978) foi publicado originalmente no México, em 1977, com o título *Sociología de la práxis*”.

apresentação redigida por Moura no *Diário da Guerrilha do Araguaia* (1979):

Esta afirmação [observação participante] está amparada no fato de o documento, escrito pela liderança da guerrilha, descrever todas as etapas, idas e vindas, da formação e consolidação do aparato guerrilheiro em uma área predominantemente camponesa (Xambioá, no Pará). Desta maneira, fica evidente que o conceito de *observação participante* foi descarnado de seu sentido original: a ele é atribuído o sentido de experiência intelectual de engajamento, luta e práxis política contra a ordem dominante (OLIVEIRA, 2016, p. 178-179).

Malatian, por sua vez, confirma que o documento apresentado por Clóvis Moura é de autoria de Ângelo Arroyo⁹ e questionou sobre o motivo de Moura se envolver na publicação já que: “num total de 80 páginas, sem ilustrações, o volume apresentou ao leitor uma versão condensada da campanha guerrilheira, uma vulgata que respondia ao contexto e à busca de informações” (Malatian, 2022, p. 230). A autora sinaliza a adesão de Clóvis Moura a uma suposta *dissidência* no partido e, entre outras afirmativas, alegou que o livro apresenta desconexões com os demais estudos e produções literárias de Clóvis Moura (MALATIAN, 2022).

Márcio Farias, ao comentar a publicação do *Diário da Guerrilha do Araguaia* (1979) e *Sacco e Vanzetti – o protesto brasileiro* (1979), ambos com a participação direta de Clóvis Moura, salienta que “são textos que destoam, em alguma medida, da linha de estudos que o intelectual desenvolvia” (FARIAS, 2024, p. 172). Vale alongar a citação, pois nos parece que responde a indagação de Malatian:

⁹ Uma edição do Relatório Arroyo pode ser encontrada em: <https://www.marxists.org/portugues/arroyo/1974/mes/40.htm>. Acesso em setembro de 2025.

Por outro lado, Moura foi um autor comprometido com as lutas contra as injustiças, opressões e negligências perpetradas pelo sistema do capital, apontando a centralidade da diáde raça e classe para compreender o conjunto da luta anticapitalista no Brasil. Isso não impediu, e não parece ter sido a proposta dele, atomizar a luta do negro em relação às demais demandas da classe trabalhadora, ao contrário, sua elaboração teórica vai de encontro em tentar aproximar essa experiência específica com o conjunto de luta dos oprimidos e explorados (FARIAS, 2024, p. 172).

A ditadura cercava de um lado: Clóvis Moura gingava de outro

Logo no início da apresentação do *Diário*, Moura (1979, p. 11) anunciava que: “em certos momentos históricos, os seus agentes somente são conhecidos muito tempo depois de passada a ação”. O *momento histórico* do país era o da transição política de uma ditadura para uma redemocratização em que alguns avanços vinham sendo conquistados: o fim da censura, a revogação do AI-5 e a retomada das mobilizações grevistas – com destaque para a região das fábricas da região do ABC, em São Paulo. Como Moura (1979, p. 14) afirmou: “estamos, agora, num momento de reencontro com a memória nacional, por alguns anos bloqueada e impedida de circular e ser analisada”. Mas era um *momento histórico* com alguns limites, por exemplo a aprovação da Lei de Anistia, em 28 de agosto de 1979, que incluiu o artifício de crimes conexos para isentar os crimes cometidos pelos agentes civis e militares à serviço da ditadura (LEMOS, 2018).

Para Moura (1979, p. 12), a história das lutas políticas do país manifestava o que ele definiu como o *dinamismo dos inconformados*:

No Brasil esses movimentos são uma constante. Desde os quilombos, passando-se pelas guerrilhas contra os holandeses, a Inconfidência Mineira, Inconfidência Baiana, Confederação do

Equador, Cabanagem, Balaiada, Canudos, Contestado, Caldeirão, Muckers e tantos outros, o dinamismo dos inconformados deu conteúdo à nossa História.

Uma tendência, recorrente do texto, foi fundamentar a fonte de pesquisa como um documento elaborado pelos guerrilheiros (MOURA, 1979). Ademais, há uma avaliação dentro dos limites e das informações que eram conhecidas até aquele momento:

Não temos elementos de análise histórica, política ou sociológica para dizer se o movimento foi certo ou errado, mesmo porque um julgamento nesta altura dos acontecimentos não se justificaria. Cabe ver, no entanto, o que ele significou para as populações do Araguaia, para que elas passassem a se ver mais como seres humanos do que como objetos, peças dos interesses econômicos dos senhores da região; como objetos de um tipo de economia (e aqui me parece que todos estão de acordo) inteiramente superado e irracional (MOURA, 1979, p. 14).

Clóvis Moura denunciava a censura oficial do Estado, provocava a historiografia acadêmica da época e apontava elementos necessários ao debate sobre os avanços e limites do movimento guerrilheiro. Mas é na relação que estabelece entre a validade histórica do documento, a história como ciência viva, a memória política desbloqueada e a práxis política da opinião pública que o seu texto merece destaque, pois indica um intelectual centrado nos desafios do seu tempo e refratário aos mimetismos acadêmicos. Vejamos:

(...) A História de gabinete, fria e anódina está sendo substituída por uma outra na qual os seus próprios agentes coletivos são os narradores. (...) É justamente esta História viva e atuante que está, no momento, interessando a camadas cada vez mais vastas da opinião pública. Essas camadas objetivam, com isto, obter

consciência histórica e social, sem o que não é possível *práxis* política (MOURA, 1979, p. 15).

Um documento da Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI) enquadra o *Diário* como assunto de “Análise de Propaganda Adversa”, enumerando os principais alvos da suposta propaganda: o “Exército Brasileiro (principal); Polícia; Corpo de Fuzileiros Navais; Governo Médice [sic] e Governo Geisel” (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES, 1979, p.6). Desqualificava a autenticidade do *Diário* que havia sido tão sublinhada por Moura e pela Alfa Omega: “o livro, de acordo com a própria nota da editora, apresenta-se como um documento-oficial, pois pretende que o leitor creia que foi elaborado pela direção das Forças guerrilheiras do Araguaia” (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES, 1979). Desmentia o alcance que o livro pudesse alcançar:

Classe média intelectualizada, professores, sociólogos, historiadores e estudantes. O público alvo [sic] será, forçosamente, cercado pelo preço e pelo próprio título do livro, que despertara maior interesse naqueles que já têm algum conhecimento do assunto (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES, 1979, p. 6).

Por fim, o registro oficial não escondia os seus delírios que nem o mais afoito militante da esquerda armada pudesse acreditar:

O “Diário da guerrilha do Araguaia”, de maneira convincente, busca mostrar ao leitor que: o movimento revolucionário, das massas operárias e estudantis, cresce no BRASIL; a guerra de guerrilha movimentou grande parte do Exército, que foi impotente para erradicá-la; a guerra de guerrilha está latente e, se necessária, ressurgirá; a abertura política é decorrência do movimento revolucionário que cresce; e a guerrilha é instrumento dinâmico àqueles que pretendem fazer política incompatível com

o regime vigente; (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES, 1979, p. 11).

Na descrição dos dados biográficos de Moura, afirmava:

(...)Sociólogo, professor, jornalista, escritor, ativista do PCdoB e da MPLA [Movimento Pela Libertação de Angola] foi: jornalista do “O MOVIMENTO”, funcionário da Delegacia de Rendas (JUAZEIRO/CE) e membro da União Brasileira de Escritores. Escreveu o livro comunista ‘Reflexões de Senzala’ [sic](SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES, 1979, p.11).

No dia 9 de julho de 1982, o SNI, através da sua Agência de Salvador, na Bahia, apurou o “Lançamento da Revista Guerrilha do Araguaia”. Conforme o registro oficial, o periódico foi lançado

em ato público realizado no dia 01 Jul 82, na sede da Associação dos Funcionários Públicos da Bahia, o Comitê de Anistia e Direitos Humanos – CADH, juntamente com os integrantes do CC/PCdoB, ELZA DE LIMA MONERAT e HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA, dentre outros militantes, fizeram o lançamento da Revista “GUERRILHA DO ARAGUÁIA [sic]” (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES, 1982b, p. 2)

A iniciativa partiu do PCdoB, através da editora Anita Garibaldi. Os investigadores anexaram um exemplar da revista e elaboraram uma apresentação do seu conteúdo:

a mencionada publicação procura conduzir o leitor a concluir que o movimento armado do ARAGUÁIA [sic] foi em decorrência da ‘repressão desenvolvida pelo Governo’, que levou os subversivos a procurarem uma ‘solução extrema’ através da luta armada (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES, 1982b, p. 2).

A *Revista Guerrilha do Araguaia* (1972-1982) foi lançada visando rememorar os dez anos do início dos embates entre as forças da guerrilha com as forças repressivas. Apresenta uma entrevista com João Amazonas, Elza Monerat e Frei Gil; uma biografia de Maurício Graibois redigida por Diógenes Arruda Câmara; dois documentos de época assinados por Ângelo Arroyo; uma *Canção das Forças Guerrilheiras do Araguaia*; uma seção com *Cartas de Guerrilheiros aos Familiares*; outra seção com *Entrevista com Familiares dos Mortos e Desaparecidos do Araguaia*; documentos e homenagens aos participantes diretos da guerrilha.

Na introdução, de duas páginas, Clóvis Moura reafirmou o legado do movimento para a população camponesa e indígena daquela região, teceu considerações sobre a necessidade de uma *análise cautelosa* e avançou um pouco mais no contexto do debate interno do PCdoB. Os documentos pesquisados evidenciam que Moura compreendia a guerrilha numa concepção oposta a uma opção *prematura, infantil e sem análise de conjuntura sólida*:

Agora, para configurarmos o seu significado global temos de considerar vários aspectos novos para não nos limitarmos a uma visão parcial, setORIZADA ou distorcida dos fatos. Não queremos comentar aqui, no singular, as diversas opiniões que acharam a guerrilha precipitada, inoportuna e, em consequência, antecipadamente derrotada. O conceito de oportunidade, parece-nos, é, indubitavelmente, um conceito político. Não podemos, por isto, julgar a oportunidade ou não da guerrilha por alguns aspectos conjunturais da época em que ela eclodiu (como o do “milagre brasileiro”) ou à falta de um apoio mais significativo da massa urbana em seu favor. Temos de ver a essência do momento político e as suas contradições fundamentais e, a partir daí, analisar, não apenas a sua oportunidade, mas a sua inevitabilidade (MOURA, 1982, p.6)

Em seguida, recorreu a duas citações de Lênin, líder da Revolução Russa, para rechaçar os que acusavam a Guerrilha do Araguaia como um equívoco. E se restasse alguma dúvida sobre sua posição no debate do partido, assinalou:

Como vemos, o elemento decisivo no caso não é a vitória episódica, mas o seu conteúdo revolucionário no processo político em curso. Apesar disto, há, ainda, aqueles que insistem na inoportunidade da luta de guerrilhas e mesmo na sua inoperatividade, ligados eternamente as formas tradicionais de luta, acusando de blanquismo¹⁰ a iniciativa dinâmica tomada pelas forças revolucionárias (MOURA, 1982, p. 6).

Moura (1982, p. 6 e 7) manifestou que o movimento ocorrido no Araguaia “teve início num momento em que todos os canais de respiração política da sociedade brasileira estavam trancados” diante da tirania do regime e cutucou a intelectualidade da época:

(...) um aparelho repressor transformara a tortura em hábito cotidiano, os estudantes impedidos de reivindicar, protestar ou mesmo estudar, prepostos do governo norte-americano assessorando os torturadores brasileiros e a intelectualidade aderindo ou pelo menos silenciando ante o massacre quase que diário de patriotas que morriam, ou nas câmaras de tortura do sistema, ou em lutas desiguais com os órgãos de repressão.

Por fim, denunciou a violência desproporcional do Estado no episódio, estimando – com base nos documentos de Ângelo Arroyo

¹⁰ O *blanquismo* é: “uma expressão que designa a doutrina política básica do grande revolucionário francês Louis-Auguste Blanqui (1805-1881). (...) Blanqui procurou organizar uma elite relativamente pequena, centralizada e hierárquica, que realizasse uma insurreição para substituir o poder de Estado capitalista pela sua própria ditadura revolucionária (...)” (BOTTOMORE. et al., 1998, p. 32).

– que “morreram em combate quinze membros da guerrilha; desapareceram sem outras referências cinquenta e um; e feridos e presos em combate, quatro. Um total de setenta entre mortos e desaparecidos” (MOURA, 1982, p. 7).

Outro documento assinado pela Divisão de Inteligência do Departamento de Polícia Federal, em 20 de agosto de 1982, informava sobre os conflitos ocorridos no lançamento da revista: “os acontecimentos verificados, na ocasião, acarretaram a intervenção da Polícia Federal, detendo 13 (treze) elementos e apreendendo farto material subversivo, inclusive, exemplares da revista” (DIVISÃO DE INTELIGÊNCIA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, 1982, p.2).

Documentação oficial do SNI e da Divisão de Segurança e Informação (DSI), do Ministério da Justiça, denunciava a continuidade das ações das “*ORGANIZAÇÕES SUBVERSIVAS DE IDEOLOGIA COMUNISTAS*”. Clóvis Moura foi citado em uma delas:

O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCdoB) promoveu, dia 24 Ago 82, no auditório do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de GOIÁS (ICHL/UFG), em GOIÂNIA/GO uma palestra intitulada “Violência e Repressão nos Movimentos Populares do BRASIL”. Essa palestra foi proferida pelo militante do PCdoB e sociólogo, CLÓVIS STEIGER MOURA, autor do livro “Diário da Guerrilha do Araguaia”. Cerca de 300 estudantes participaram do evento, no qual CLÓVIS MOURA teceu críticas ao regime e ao Governo vigente. Disse, ainda, que “está cada vez mais difícil fazer história no BRASIL. A classe dominante não se interessa em contar a verdade e a historiografia brasileira é fruto da violência que sempre existiu entre oprimidos e opressores”. Finalizou sua palestra, dizendo: “dos movimentos armados empreendidos no BRASIL, o que obteve maior expressão foi a guerrilha do Araguaia, que mobilizou um arsenal bélico só visto quando de

nossa participação na ITÁLIA, por ocasião da II Guerra Mundial” (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES, 1983, p. 6).

Um dia após a citada palestra, no dia 25 de agosto de 1982, a Agência do SNI, em Goiânia, investigou o evento e explicitou algumas críticas que Clóvis Moura direcionava à ditadura e sua vinculação a uma característica do Estado brasileiro desde o período colonial:

CLÓVIS MOURA teceu críticas contundentes ao regime “implantado no BRASIL desde 64” dizendo, entre outras coisas, “a repressão no BRASIL vem desde e chegada dos Portugueses, para tanto, basta lembrarmos dos conflitos entre índios e colonizadores; entre os senhores e os Escravos negros e as lutas pela libertação”. A seguir enfatizou: “Quem adquire uma parcela de poder, e exerce tiranicamente” (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES, 1982c, p. 1).

Moura discorreu de forma direta sobre a falácia da *democracia racial* e do suposto apassivamento do povo na formação social brasileira. A espionagem dos agentes do Estado reproduziu a crítica:

Disse ainda “o BRASIL sempre foi palco da violência, principalmente, nos movimentos em busca da posse de terra. Sua História não registra o seu lado verdadeiro. Muitas distorções foram feitas pela classe dominante procurando ocultar os fatos, tornando os Brasileiros [*sic*] um povo sem passado histórico, a fim de causar aos outros a impreção [*sic*] de ser ele um Povo [*sic*] cordial, o que é uma verdadeira beleza” (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES, 1982c, p. 1).

Segundo o relato dos investigadores, voltou a denunciar a violência desproporcional do Estado: “dos movimentos armados empreendidos no BRASIL, o que obteve maior expressão foi a Guerrilha

do Araguaia, que mobilizou um arsenal Bélico [sic], só visto quando da nossa participação na ITÁLIA, por ocasião da II Guerra Mundial” (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES, 1982c, p. 1).

Considerações Finais

Finalizamos nosso texto com duas coordenadas básicas: a primeira é que compreendemos que não há um Clóvis Moura dividido entre os escritos da juventude e da maturidade intelectual, não há como separar a sua produção intelectual com a militância comunista. Afinal: “toda a trajetória de Moura é um *continuum*, principalmente no que diz respeito aos seus estudos (ELPIDIO. et al., 2023, p. 57). O seu aprofundamento político e intelectual ante os desafios da questão racial, a emergência do MNU, a busca por uma ação institucional identificada com as lutas antirracistas do período, a elaboração e ampliação de estudos que colocavam o negro como sujeito da formação social brasileira não está dissociado da atuação no PCdoB. Essa observação serve como alerta para que não seja recuperado em eventos, grupos de estudos, em ações nas universidades e nos meios editoriais dentro da concepção do *marxismo desdentado* que tanto criticou.

A segunda coordenada é que Moura se contrapôs à ditadura e a uma tendência de parcela considerável da intelectualidade brasileira, tanto entre militantes do passado e do presente, como entre pesquisadores, que praticamente condenam a luta armada à exclusão dos debates relacionados aos movimentos de resistência à ditadura. Sem dizer o revisionismo de algumas lideranças atuantes da década de 1960 e 1970 que se converteram em apanágios do reacionarismo.

Moura continua a ser inspiração aos movimentos negros, das comunidades indígenas e das comunidades quilombolas na resistência que vêm de muito antes, atravessa a ditadura e continua no presente. Como ele apontou em entrevista concedida na reedição da *Revista Movimento UNE*:

Mas na medida em que o negro se reeduca, ele reeduca o branco também. Ele reeduca o branco pelo seu comportamento, porque ele vai também disputar os espaços. Isso é a primeira etapa (...) A segunda etapa é a das lutas dos negros, que constitui a massa brasileira, juntamente com curibocas, com mamelucos, com todos os explorados, inclusive com todos os brancos pobres também, para se desestruturar e quebrar esse modelo de sociedade brasileira. Essa segunda etapa é de fato a etapa revolucionária, que o negro tem que assumir (MOURA, 1981, p.36 e 37).

Referências

BOTTOMORE, Tom. et al. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014, v.1. Disponível em: https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/volume_1_digital.pdf. Acesso em outubro de 2024.

DIVISÃO DE INTELIGÊNCIA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL (1982). *Revista "Guerrilha do Araguaia" - Clóvis Steiger Moura e outros*. BRASÍLIA: 20 de Agosto de 1982, P. 1-32. Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_zd/br_dfanbsb_zd_0/br_dfanbsb_zd_0_0/br_dfanbsb_zd_0_0_0001a/br_dfanbsb_zd_0_0_0001a_0016/br_dfanbsb_zd_0_0_0001a_0016_d0001de0001.pdf. Acesso em dezembro de 2024.

ELPIDIO, Maria Helena. et al. Apresentação: Clóvis Moura, intelectual sem repouso. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 27, n. 50, p. 54-60, 2023. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/69807/46847>. Acesso em julho de 2024.

FARIAS, Márcio. *Clóvis Moura e o Brasil: um ensaio crítico*. São Paulo: Editora Dandara, 2024.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. Ática, São Paulo: 1998.

GRANATO, Fernando. Operação Limpeza apagou rastros no Araguaia há 50 anos. *Folha de São Paulo*, 12 de janeiro de 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2025/01/operacao-limpeza-apagou-rastros-de-massacre-no-araguaia-ha-50-anos.shtml>. Acesso em agosto de 2025.

KONDER, Leandro. *O futuro da filosofia da práxis*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto. *Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979)*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MALATIAN, Teresa. *Clóvis Moura: uma biografia*. Teresina: EdUESPI, 2022. Disponível em: <https://editora.uespi.br/index.php/editora/catalog/view/90/89/501-1>. Acesso em junho de 2024.

MOURA, Clóvis. *A sociologia posta em questão*. São Paulo: Livr. Ed. Ciências Humanas, 1978.

_____. *Diário da Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

_____. “Uma evocação”. In: CARVALHO, Luís Maklouf (org.). *Pedro Pomar*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.

_____. *A Nação afro-brasileira*. Entrevista concedida à *Revista Movimento UNE*, Alagoas, Editora Jovem LTDA, nº 13, novembro de 1981, p.34-38. In: SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (1982a). São Paulo: 18/05/1982, p. 1-47. Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/EEE/82011803/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_82011803_d0001de0001.pdf. Acesso em maio de 2025.

_____. Introdução. *Revista Guerrilha do Araguaia (1972-1982)*: São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1982, p. 6-7. In: SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (1982b). *Lançamento da Revista Guerrilha do Araguaia em Salvador BA*. Salvador: 09/7/1982. Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/PPP/82004009/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_PPP_82004009_d0001de0004.pdf. Acesso em dezembro de 2024.

_____. *Sacco e Vanzetti: o protesto brasileiro*. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2017. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/moura/1988/02/40.pdf>. Acesso em dezembro de 2024.

MOURA, Soraya. *Um olhar sobre Clóvis Moura: história familiar, militância comunista e a escrita da história do Brasil negro*. Entrevista concedida à Henrique Roberto Figueiredo. In: *Lutas Sociais*, São Paulo, vol.27, n.50, p.74-83, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/issue/view/3052>. Acesso em julho de 2025.

OLIVEIRA, Fábio Nogueira de. *Clóvis Moura: trajetória intelectual, práxis e resistência negra*. Salvador: EDUNEB, 2016. Disponível em: <https://fabionogueira.org/publicacoes/>. Acesso em junho de 2025.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Massacre na Lapa: como o exército liquidou o comitê central do PCdoB*. São Paulo: Editora Busca Vida, 1987.

SALES, Jean Rodrigues. Entre o fechamento e a abertura: a trajetória do PCdoB da guerrilha do Araguaia à Nova República (1974-1985). *História*, São Paulo, v.26, n.2, p.340-365, 2007. disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/Nt5W8jPS8mttCCZsTwrLZPH/?lang=pt>. Acesso em junho de 2025.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (1979). *Análise de propaganda adversa (Livro diário da guerrilha no Araguaia)*. Brasília (DF): 23/04/1979, p. 1-11. Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/79001090/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_79001090_d0001de0001.pdf. Acesso em dezembro de 2024.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (1982a). São Paulo: 18/05/1982, p. 1-47. Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/EEE/82011803/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_82011803_d0001de0001.pdf. Acesso em maio de 2025.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (1982b). *Lançamento da Revista Guerrilha do Araguaia em Salvador BA*. Salvador: 09/7/1982, p. 1-97. Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/PPP/82004009/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_PPP_82004009_d0001de0004.pdf. Acesso em dezembro de 2024.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (1982c). *Palestra sobre violência e repressão nos movimentos populares do Brasil na Universidade Federal de Goiás (UFGO) Clóvis Steiger de Assis Moura*. Goiás: 25/08/1982, p. 1-19. Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/RRR/82003129/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_RRR_82003129_d0001de0001.pdf. Acesso em dezembro de 2024.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (1983). *Organizações subversivas de ideologia comunista*. Brasília (DF): 28/2/1983, p. 1-35. Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/83031249/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_83031249_d0001de0001.pdf. Acesso em janeiro de 2025.

TELES, Janaína de Almeida. Os segredos e os mitos sobre a Guerrilha do Araguaia (1972-1974). *Revista de História Unisinos*. São Leopoldo, RS, Vol. 18 nº 3 - setembro/dezembro de 2014. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2014.183.03>. Acesso em outubro de 2024.